

4 OS PAPÉIS E O MUNDO INGLÊS

“Bem, quando eu era pequeno, tinha paixão por mapas. Eu ficava horas olhando a América do Sul, ou a África, ou a Austrália, e abandonava-me às glórias da exploração. Naquela época, havia muitos espaços em branco no mundo, e, quando enxergava um que parecia particularmente convidativo no mapa (mas todos pareciam assim), colocava o dedo ali e dizia, ‘Quando crescer, vou para lá’. [...] Estive em alguns deles [...]. Havia um, no entanto – o maior, o mais branco, por assim dizer –, que me atraía especialmente.

“É verdade que, nessa época, já não era mais um espaço em branco. Tinha sido preenchido, desde minha adolescência, por rios, lagos e nomes. Cessara de ser um espaço em branco ou um delicioso mistério [...] Tornara-se um lugar tenebroso.

Joseph Conrad

Proferida por Marlow – marinheiro inglês que é personagem recorrente da ficção conradiana – a epígrafe acima deixa transparecer o desejo de conquista nutrido pelos ingleses do final do século XIX em relação às áreas inexploradas do mundo. Desde menino, Marlow sonhava com o dia em que se dirigiria àqueles espaços em branco que observava no mapa, em especial, ao espaço do continente africano. Como resultado de sua idéia fixa, parte na idade adulta para o Congo, tal como um “emissário da luz, algo como um tipo inferior de apóstolo” (CONRAD, 2006, p. 22).

O historiador de língua inglesa Eric Hobsbawm argumenta que os homens de negócios do final do século XIX ao início do século XX, “sempre propensos a preencher os espaços em branco no mapa do comércio mundial com altos números de clientes potenciais, naturalmente procurariam estas áreas inexploradas: a China [...] e a África, o continente desconhecido” (HOBSBAWM, 2007, p. 101), e delas dificilmente abririam mão.

Eis então a razão pela qual, no início dos anos 1880, por exemplo, as Câmaras de Comércio das cidades britânicas terem se indignado ao pensarem que “as negociações diplomáticas podiam impedir o acesso de seus comerciantes à bacia do Congo, que se acreditava oferecer indizíveis perspectivas de vendas” (HOBSBAWM, 2007, p. 101).

Nesse período, ações como a conquista da África e sua partilha entre europeus colocavam o homem europeu como protagonista da história. Em contrapartida, o homem africano era silenciado, encarado como um indivíduo que deveria ser colonizado e civilizado para ser integrado ao mundo – ao mundo capitalista, diga-se de passagem, pois, como esclarece a filósofa Rosa Luxemburgo (*apud* HERNANDEZ, 2005), em consequência da não-absorção da produção corrente do mundo capitalista, tornou-se necessário que as grandes potências recorressem a um mundo não-capitalista para que este absorvesse o que produziam e o crescimento econômico não fosse interrompido.

Hobsbawm define o período que vai de 1875 a 1914 como “a Era dos Impérios”, período que, segundo o historiador, marca “a era de um novo tipo de império, o colonial” (HOBSBAWM, 2007, p. 88), um momento em que se buscava, pela primeira vez, traduzir a supremacia econômico-militar dos países capitalistas em conquista formal.

Ao longo dessa época, excetuando-se a Europa e as Américas, o mundo havia sido dividido em territórios governados – ou indiretamente dominados, por ingleses, franceses, alemães, italianos, holandeses, belgas, norte-americanos e japoneses, fato que vitimou os antigos impérios europeus pré-industriais da Espanha e de Portugal: este tornou-se alvo de diversas estratégias que visavam à repartição de suas colônias na África entre os novos colonialistas, já aquele, como resultado da Guerra Hispano-Americana, perderia a maior parte de seus territórios. (HOBSBAWM, 2007).

[...] o ponto crucial da situação econômica global foi que certo número de economias desenvolvidas se deu conta, simultaneamente, da necessidade de novos mercados, obtendo algumas “portas abertas” no mundo subdesenvolvido, ou procurando conquistar e dominar territórios que garantissem às economias nacionais e européias uma posição monopolista ou, ao menos, vantagens bastante substanciais. [...] As colônias nesse contexto representavam pontos estratégicos em espaços geopolíticos, como as Áfricas ocidental e central, necessários para a penetração européia. De fato, os interesses econômicos passaram a operar articulados a ações políticas concretamente voltadas para o recorte da África. (HERNANDEZ, 2005, p. 78)

Foi assim que o espaço geográfico do continente africano foi violentamente recortado, e recebeu “um mapa para ser explorado e submetido a controle” (HERNANDEZ, 2005, p. 64). Neste processo, os direitos dos povos africanos, assim como suas especificidades históricas, religiosas e lingüísticas foram

desconsiderados, e o Ocidente tomado como modelo. Hoje é sabido que “houve reação de confronto à conquista, ou seja, que os africanos não se resignaram pacificamente a ela, defendendo seus costumes e interesses vitais como a soberania, a liberdade e a independência” (HERNANDEZ, 2005, p. 86). No entanto, na época, o silenciamento das formas de resistência africana pelos discursos ocidentais acabou por obliterar o protagonismo africano.

No período em questão, o contraste entre países desenvolvidos e não desenvolvidos era, sobretudo, uma idéia alimentada pelo discurso colonial. No discurso colonial, o sujeito colonial se construía. Era nele também que o poder colonial se exercia. Seu objetivo era o de “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (BHABHA, 2007, p. 111).

Conseqüentemente, nos discursos do colonialismo inglês, irrompiam freqüentemente imagens de um “Outro” demoníaco – que vivia ora em meio ao calor e ao pó da Índia, ora em meio à escuridão vazia da África –, e que sempre se contrapunha à imagem mitificada do homem inglês. Desse modo,

[...] os não-europeus e suas sociedades eram crescente e geralmente tratados como inferiores, indesejáveis, fracos e atrasados, ou mesmo infantis. Eles eram objetos perfeitos de conquista, ou ao menos de conversão aos valores da única *verdadeira* civilização, aquela representada por comerciantes, missionários e grupos de homens equipados com armas de fogo e aguardente. E, em certo sentido, os valores das sociedades tradicionais não-ocidentais tornaram-se cada vez mais irrelevantes para sua sobrevivência, numa era em que apenas contavam a força e a tecnologia militar. (HOBSBAWM, 2007, p. 118, *grifo do autor*)

Subjacente, portanto, às narrativas que tematizavam as expedições inglesas a terras desconhecidas, estava o propósito de se afirmar a superioridade inglesa, seu papel poderoso e sagrado na conquista e no domínio de territórios. Para tanto, fazia-se necessário que o colonizado fosse apresentado como um “outro” (não-desenvolvido, embora passível de ser reformado), em discursos nos quais a sua raça, a sua cultura e a sua história, embora fossem reconhecidos, eram prontamente recusados (BHABHA, 2007).

Neste contexto, os textos que apresentavam uma visão exótica do não-europeu “eram imperialistas apenas porque [...] a vinculação central entre os mundos do exótico e do cotidiano era a penetração, formal ou informal, do

Ocidente no Terceiro Mundo” (HOBSBAWM, 2007, p. 119-120). Ultrapassando, contudo, o espaço literário, e incorporando-se à linguagem do dia-a-dia, a concepção negativa foi atrelada ao homem não-europeu, cuja imagem era a exata oposição do homem ocidental.

Como explica Said (1995), até o período anterior à Primeira Grande Guerra, os romances ingleses desempenharam um importante papel na formação e na sedimentação de uma mentalidade imperial inglesa pelo mundo. Por meio do incentivo à sua leitura, buscava-se disseminar a concepção da Inglaterra como nação à frente de outros povos, os quais precisavam ser dominados para evoluírem. Embora a terra constituísse o principal objeto de disputa no imperialismo, quando se tratava de verificar quem a possuía, quem a explorava, quem nela se estabelecia ou trabalhava, essas questões eram pensadas, discutidas e, até mesmo, decididas na narrativa.

Assim, mesmo no caso das obras de Joseph Conrad – escritor inglês de origem polonesa, que expõe em seus romances imagens dos horrores das práticas imperialistas –, verifica-se a existência de uma perspectiva que, em vez de propor alternativas para combater os problemas denunciados, apenas reforça a soberania ocidental. Sua cultura e suas formas estéticas derivam de sua experiência histórica, de uma concepção segundo a qual as práticas não-inglesas são percebidas como manifestações inferiores.

Pois, se é verdade que Conrad enxerga ironicamente o imperialismo [...], também é verdade que ele escreve como homem cuja visão *ocidental* do mundo não ocidental está tão arraigada a ponto de cegá-lo para outras histórias, outras culturas e outras aspirações. Tudo o que Conrad consegue ver é um mundo totalmente dominado pelo Ocidente atlântico, onde toda oposição ao Ocidente apenas confirma o poder iníquo do Ocidente. O que Conrad não consegue ver é uma alternativa a essa cruel tautologia. Ele não pode entender que a Índia, África e América do Sul também possuíam vidas e culturas com identidades não totalmente controladas pelos reformadores e imperialistas gringos deste mundo, nem se permitir acreditar que nem todos os movimentos antiimperialistas de independência eram corruptos e marionetes a soldo dos senhores de Londres ou Washington. (SAID, 1995, p. 18-9, *grifo do autor*)

Na ficção conradiana, “as regiões distantes do mundo não possuem vida, história ou culturas dignas de menção, nenhuma independência ou identidade dignas de representação sem o Ocidente” (SAID, 1995, p. 21-2). É *Sob os Olhos do Ocidente* que o escritor apreende o mundo, como evidencia o título de seu

romance de 1911. Assim, embora critique a ideologia imperial de sua época, o escritor também a reproduz em seu discurso, o que, para Said (1995), o torna simultaneamente imperialista e antiimperialista.

Para Conrad, o lugar dos africanos (em meio à barbárie) e o dos ingleses (em meio à civilização) eram fixos, além de profundamente distintos entre si. Ao incorporar imagens da África e de seus habitantes em seu discurso, o romancista se deixa influenciar por uma antipatia em relação aos negros que não é apenas sua, mas que domina o pensamento ocidental no século XIX (ACHEBE, 1988).

Owen Knowles (1996), em artigo intitulado “*Conrad’s life*” enfatiza o fato de que, se os primeiros infelizes anos da vida de escritores como Brontës e Dickens causaram-lhes grande impacto, no que diz respeito a Conrad, o impacto revelou-se ainda mais sombrio e traumático. Lembrar a infância não significava para o jovem Conrad tão somente evocar as imagens trágicas da história polonesa, mas também rememorar as condições precárias que ele e sua família tiveram de enfrentar.

Tendo nascido em meados do século XIX em Berdichev – região na época considerada território polonês –, desde muito cedo Joseph Conrad teve seus pensamentos povoados por lembranças ligadas ao exílio de seu pai (o líder revolucionário Apollo Korzeniowski), bem como as lembranças de uma Polônia oprimida pelo czarismo. Órfão de mãe aos oito anos, e de pai aos doze, o então Józef Teodor Nałęcz Korzeniowski associara a vida na Polônia a um período de perdas, privações e sofrimento. Neste contexto, entregar-se às aventuras oferecidas pelo mar parecia-lhe, então, a melhor forma de se lançar em liberdade pelo mundo, na tentativa de se libertar das memórias traumáticas que lhe acompanhavam desde a infância (KNOWLES, 1996).

Após servir durante três anos a marinha francesa, Conrad chegou à Inglaterra, em uma época em que ser escritor inglês significava ser um cavalheiro, e imediatamente percebe diante de si uma oportunidade concreta de se desvencilhar de seu passado opressor. Tornando-se um dos grandes nomes da literatura inglesa, o marinheiro Joseph Conrad poderia circular entre os escritores ingleses como colega e igual (HOWE, 1998):

Essa necessidade de ser pelo menos tão inglês quanto os ingleses foi observada por Ford Madox Ford e J. H. Retinger, um polonês no círculo de Conrad. Ford

descreve que “a ambição [de Conrad] era ser considerado –ser! – um cavalheiro inglês do campo da época de Lorde Palmerson”, e Retinger diz que “havia sempre um toque de esnobismo na aparência inglesa assumida [de Conrad]...” Esnobismo não é bem a palavra. Muito mais estava em jogo – o anseio profundo de Conrad por segurança, reconhecimento e tranquilidade. (HOWE, 1998, p. 55)

A viagem feita em 1890 para o Congo revela-se como fato crucial para a mudança de rumos em sua carreira, já que, em decorrência das marcas físicas e mentais deixadas pela experiência no continente africano, Conrad não apenas decide encerrar sua carreira como marinheiro, como também passa a se dedicar à escrita de romances. A experiência colonial o pressiona “a ir além do círculo protetor da travessia oceânica. Nas colônias, o branco [...] tem todo o campo para explorar e reconhece o horror. Mas como um ficcionista pode encená-lo sem esgotar a sabedoria que tenha acumulado” (LIMA, 2003, p. 191).

No momento em que Conrad publica suas obras, a Inglaterra, embora ainda seja uma grande potência mundial, não é mais aquele lugar “onde os cavalheiros ingleses e suas casas de campo pareciam ser monumentos indestrutíveis de virtude eterna” (HOWE, 1998, p. 56). O que se verifica neste período, na verdade, é o desejo de congelar a história inglesa no seu auge, do mesmo modo como os portugueses vinham tentando fazer desde a época das grandes descobertas. Esse desejo terá ressonâncias na criação literária de Conrad, seja na exaltação da identidade inglesa, ou na recusa das identidades que a ela se contrapõe.

As três primeiras obras de Conrad – *Almayer's folly* (1895), *An Outcast of the Islands* (1896) e *The Nigger of the “Narcissus”* (1897) – apresentam como matéria literária “o conflito entre o homem branco, respaldado por potências européias, e as etnias malaias” (LIMA, 2002, p. 102). Já em seu livro de contos de 1898 intitulado *Tales of Unrest (Histórias inquietas)*, torna-se significativo o fato de que “dos cinco relatos, dois [...] têm uma ambivalência puramente européia” (LIMA, 2002, p. 102).

Contudo, como assinala Luiz Costa Lima (2002), é com a publicação de *O Coração das Trevas*, em 1902, que Conrad torna-se de fato um escritor, já que ao incorporar as experiências no Congo Belga o romancista inglês encontrou sua linguagem e teve moldado seu estilo de composição.

Convém ressaltar que tal constatação não diminui a importância das primeiras obras do escritor. Em “O regresso”, por exemplo, conto que integra a obra *Histórias Inquietas*, ao narrar as horas que antecedem a separação de um

casal, o escritor traz à tona imagens da Londres do final do século XIX, questiona a moral vitoriana, e mostra a situação de um indivíduo inserido em um contexto em que ele é tão somente mais um, tão igual aos demais. O que se evidencia, sobretudo, no conto, é, portanto, o modo como o homem inglês se vê e como lida com os problemas a sua volta.

Esta narrativa conradiana possibilita o estabelecimento de um contraponto entre a representação do homem inglês imerso em uma ambiência britânica (Alvan Hervey), e a de Kurtz, o inglês de *Heart of Darkness* (O Coração das Trevas) que, saindo da atmosfera londrina, tornou-se no Congo um grande comerciante de Marfim. Ao contrário de Hervey, Kurtz desligara-se dos valores vitorianos, expusera-se “à liberação dos desejos, sonhando com um relacionamento diverso com os negros” (LIMA, 2002, p. 105). Porém, em consequência disso, enlouquecera, assim como o inglês da crônica de Henrique Galvão.

[...] a selva fizera Kurtz perder a capacidade de reconhecer o pecado ao se extraviar dos valores com que se educara. Ora, *quem é o medíocre Henry senão o mais típico representante dos valores de que Kurtz se desligara?* [...] O horror que obseda Kurtz afinal decorre de que o contato com o mundo do outro, ao amoldá-lo a outros modos de inter-relação, lhe revela que as práticas de sua sociedade o haviam tornado um homem oco. [...] Como o desconhecido Hervey, ele sabe que não há retorno. E, no entanto, enquanto personagens, Kurtz não é equivalente a Hervey. Ao passo que este tem uma única entrada – é um índice “sociológico” do que seria o branco educado e mediocrizado pelos valores da civilização – Kurtz oferece uma dupla entrada: na *mise en forme* do “Heart of Darkness” as trevas se fundem à clareza das palavras, as trevas estão na enunciação das palavras; e isso a tal ponto que a novela, ao mesmo tempo, vai além do plano de diagnóstico da sociedade e fornece uma via para compreendê-la. (LIMA, 2002, p. 110, *grifo do autor*)

Não surpreende então que, em *Os Papéis do Inglês*, Ruy Duarte de Carvalho recorra a “O regresso” e a *O Coração das Trevas* para acrescentar detalhes à personagem de Galvão. Neste processo, a história de Alvan Hervey contribuirá para a caracterização de Perkins antes de sua ida para a África, e para a elucidação das razões que a motivaram; já história de Kurtz será responsável pela discussão do que ocorreu após a partida de Perkins: sua relação com o novo lugar, seu enlouquecimento e sua morte.

Se, como exposto no capítulo anterior, é propondo uma versão angolana para a crônica “O Branco que odiava as brancas” que Ruy Duarte de Carvalho investiga, n’*Os Papéis do Inglês*, o processo de escrita das narrativas coloniais

portuguesas, será por meio da incorporação na obra de elementos das narrativas de Conrad que o escritor angolano questionará os discursos veiculados pelo império britânico no final do século XIX e no início do século XX.

4.1 “O Regresso” de Conrad

“O regresso” é uma das narrativas de menor fortuna crítica da produção literária de Joseph Conrad. A seu respeito, o escritor comenta, na nota de abertura de seu livro de contos intitulado *Histórias Inquietas*, tratar-se de um “produto da mão esquerda” (CONRAD, 1986, p. 13), um texto cuja leitura pouco antes de sua publicação lhe deu:

[...] a impressão de estar sentado sob um caro e enorme guarda-chuva e debaixo do sonoro martelar dum furioso aguaceiro. A leitura aturdiu imenso. No meio de todo aquele fragor, ouvia-se cada gota bater contra a seda forte e tensa de tal guarda-chuva. (CONRAD, 2006, p. 13)

Na verdade, a sensação experimentada por Conrad não surpreende se se considerar que o conto é assumidamente uma história inquieta e, portanto, causar um certo incômodo no leitor é algo inerente a sua natureza. Esse incômodo advém de uma linguagem repleta de impressões físicas, sonoras e visuais, e que acompanha os ideais de inovação e de experimentação requeridos pelas artes do final do século XIX e do início do século XX (HOBSBAWM, 2007).

Por meio de uma linguagem que explora o contraste entre a luz e as sombras, bem como entre o ruído e o silêncio, o escritor toma o espaço literário como lugar onde, recorrendo à capacidade de sugestão das palavras, é possível fazer o leitor ver, ouvir e sentir aquilo que está apenas escrito (MIRA, 2008). Neste processo, se o “ver” e o “ouvir” são resultantes das impressões sonoras e visuais presentes na narrativa, o “sentir” resulta do fato de tais impressões serem na maioria das vezes “produto do estado psicológico da personagem de Alvan e não sons e imagens reais. É essencialmente com os sons que ele ouve ecoar dentro da cabeça e as trevas profundas em que se encontra, que o leitor consegue sentir” (MIRA, 2008, p. 1).

Na narrativa, cada detalhe significa: os objetos que são focalizados, a forma como as imagens são dispostas em seqüência, a movimentação das personagens, a iluminação e o som escolhidos. Antes de serem simples acompanhamentos da fala, cada um desses detalhes funciona, portanto, como elemento que ajuda a instaurar a ambiência pretendida, em um processo semelhante ao que ocorre na linguagem do cinema.

O conto se inicia com a imagem de um trem que chega à uma estação londrina. Alvan Hervey, o protagonista, confunde-se com a multidão de homens ali presentes. Eram todos homens apressados que não se diferenciavam uns dos outros por suas vestes ou por seu comportamento:

Tinham todos cartola, a cara pálida e saudável, um sobretudo escuro e as botas bem engraxadas; seguravam na mão enluvada o guarda-chuva bem enrolado e os jornais da tarde dobrados à pressa e que pareciam retalhos de fazenda grosseira, de cor esverdeada, rosada ou esbranquiçada.

[...] Canalizados pelas paredes nuas da escadaria, os homens subiam rapidamente; as costas eram todas iguais – quase como se elas envergassem um uniforme; as caras de indiferença eram diferentes mas sugeriam um parentesco entre si, como as caras dum grupo de irmãos que, por prudência, dignidade, aversão ou cálculo, quisessem ignorar-se; e os olhos, vivos ou parados, os olhos com que olhavam para os degraus sujos, os olhos castanhos, negros, cinzentos, azuis, tinham todos a mesma expressão, concentrada e ausente, satisfeita e vazia. (CONRAD, 1986, p. 113).

Neste contexto, Alvan se apresenta como um indivíduo que se transformou em uma peça passível de ser replicada, questão que também vem à tona na cena em que Alvan se percebe refletido nos inúmeros espelhos do quarto de vestir, que multiplicam sua imagem em uma “multidão de distintos imitadores submissos, vestidos exatamente como ele. [...] E tal como os homens que respeitava, podia-se confiar que estes nada iriam fazer que fosse individual, original, surpreendente – nada de imprevistos nem inconveniências” (CONRAD, 1986, p. 118).

Herbert Marcuse (1975), em *Eros e Civilização*, expõe o fato de que a civilização começa com o abandono da satisfação integral das necessidades de um indivíduo, ou seja, com a conversão de seus impulsos animais em um ego organizado. Assim, seus desejos e sua alteração da realidade deixam de lhe pertencer, e passam a ser submetidos à sua sociedade, que os organiza, ao mesmo tempo em que os reprime e os transubstancia.

Esse processo de substituição do princípio de prazer pelo de realidade é, segundo o filósofo, “o grande acontecimento traumático na vida do homem” (MARCUSE, 1975, p. 35), já que a civilização passa a dominar e a reprimir algo que continua a existir dentro do indivíduo (sua energia instintiva) que, ao ser retraída, não se acumula, “porque sua utilização social (no trabalho) sustenta e até enriquece a vida do indivíduo” (MARCUSE, 1975, p. 58).

Alvan Hervey encarna, na narrativa, a imagem desse homem reprimido por sua sociedade, mas que se mostra satisfeito em obedecer as normas seguidas pelos homens de respeito. Para a personagem, é a contenção dos desejos, a fuga à qualquer situação comprometedora, que moldam seu perfil de homem bem-sucedido e superior, e que lhe possibilitam exercer o “poder fácil sobre os animais ou homens necessitados” (CONRAD, 1986, p. 114).

A narrativa insinua abertamente então que, qualquer homem que não se assemelhe a Alvan (ou com aqueles homens com que ele também se parece) – com seu dinheiro e com seus amigos, sua face clara e pálida de homem europeu, sua perícia no desporto e no ganho de dinheiro –, nascera para ser dominado, subjugado aos homens dotados daquela “coloração imperiosa que é dada pelos êxitos alcançados sem grande esforço” (CONRAD, 1986, p. 114).

Alvan havia se casado cinco anos antes. Embora alegasse ter sido por amor, os fatos indicam ter sido tão somente por convenção. Na ocasião:

Todos os seus conhecidos disseram [...] que estava muito apaixonado; e ele também o tinha dito, [...] pois sabe-se que todos os homens se apaixonam uma vez na vida – se a mulher não morrer; nesse caso, voltar a apaixonar-se pode ser até bastante recomendável. A jovem tinha um ar são, era alta, loura e, na sua opinião, estava bem relacionada, era culta e inteligente. Além disso, aborrecia-se muitíssimo na casa paterna, onde a sua personalidade – de que estava muito consciente – Não tinha espaço para se exercer, sufocava numa caixa sem ar. (CONRAD, 1986, p. 114).

Também a esposa de Alvan não havia se casado por amor. Enquanto o protagonista seguia a prerrogativa de que um homem deve-se apaixonar pelo menos uma vez na vida e constituir família, ela, a moça que encarna o ideal de beleza européia, e cuja ausência de nome na narrativa reforça o valor secundário dado à mulher no século XIX, havia visto no casamento a oportunidade de fugir dos aborrecimentos que encontrava na casa de seus pais.

Logo após o casamento, o casal decide se dedicar à ampliação de seu círculo de relações, estabelecendo relações de amizade com cerca de trinta pessoas, tornando-se próximos de mais vinte, e remotamente conhecidos por outras cinquenta. Desse modo, Alvan e sua esposa provavam para si mesmos que haviam sido bem sucedidos em sua união. “Compreendiam-se tacitamente [...] como um par de avisados conspiradores enleados numa intriga lucrativa; pois tanto um como o outro eram incapazes de olhar para um fato [...] sem ser à luz da dignidade, da glorificação ou do proveito pessoal” (CONRAD, 1996, p. 117).

Cabe lembrar que em 1898, ano de publicação de “O regresso”, vivia-se na Inglaterra o período vitoriano. Iniciado em 1837, e encerrado em 1901 com a morte da rainha Vitória, este foi um momento de muitos contrastes:

A nação inglesa encontrava-se em franco desenvolvimento político-econômico, expandia-se em colonizações, vivendo a euforia provocada por este crescimento e pelos avanços tecnológicos, e algo que procurou manter velado, mas que, contudo, não pôde deixar de ser observado pelos estudiosos deste período: o medo da modernização, da rapidez das mudanças, das incertezas que o novo provocava. Foi uma época de transição; do novo querendo abrir espaço ante à resistência de um povo extremamente tradicionalista. (MORAIS, 2004, p. 63)

Neste cenário, conforme surgiam idéias novas, e diferentes formas de materialismo, um puritanismo de caráter religioso delineava “um comportamento social marcado por dogmatismos e radicalismos” (MORAIS, 2004, p. 63). Assim, enfatizavam-se virtudes como “a disciplina, a retidão (seriedade – earnestness), a limpeza, o trabalho árduo, a autoconfiança, o patriotismo, entre outros” (MORAIS, 1999, p. 64), além de se ressaltar os valores da castidade e da fidelidade conjugal.

O relacionamento familiar e, conseqüentemente, a convivência harmônica sob o mesmo teto, eram amplamente valorizados pela moral vitoriana. O lar era visto como muito mais do que mero abrigo, visto que, “num mundo comercial onde as antigas lealdades e as antigas afeições tinham dissolvido, [...] era o único lugar em que o homem podia provar a si mesmo que ainda possuía emoções confortadoras e sentimentos humanos decentes” (SOCCI, 1983, *não paginado*).

Eis então a razão pela qual, logo que saiu da estação, Alvan rapidamente se afasta das outras pessoas como se fugisse de uma situação comprometedora. Se nos espaços públicos sua honra poderia ser corrompida, nada mais seguro, após

um longo dia de trabalho, do que encaminhar-se diretamente para casa, onde certamente sua esposa estaria a sua espera. Todavia, não foi exatamente isso o que ocorreu naquele dia, em que, chegando a sua casa um pouco mais cedo que o habitual, Alvan encontrou um envelope deixado por sua mulher que se estava ausente. A princípio, a visão daquele envelope causou-lhe grande incômodo. Afinal, por que a Sra. Hervey lhe escreveu uma carta quando poderia lhe falar ao jantar?

Tal indagação o deixou inseguro e preocupado. Alvan sentia como se a casa tivesse se movido sob seus pés. Era a instabilidade do lar que começava a manifestar seus primeiros sinais...

Segurou a folha à altura dos olhos e leu a meia dúzia de linhas rabiscadas, aturdido por um ruído violento e incompreensível, como o ressoar de gongos ou o rufar de tambores; um tumulto insólito que, de certo modo, o impedia de seguir os seus próprios pensamentos e lhe fez o vazio absoluto do espírito. O tumulto absurdo e enlouquecedor vinha das palavras escritas, saía-lha de entre os dedos que tremiam segurando o papel. E abruptamente largou a carta como se ela estivesse a arder, tivesse veneno ou estivesse suja; e precipitando-se para a janela como um homem que vai gritar: fogo! assassino!, abriu-a e pôs a cabeça de fora. (CONRAD, 1986, p. 119)

Sim, era uma carta de despedida! Sua esposa havia decidido ir embora para viver com outro homem, rompendo assim com a imagem imaculada e impecável que se esperava das mulheres da época.

Segundo Vera Socci, os tabus vitorianos atingiram tanto as excreções quanto a sexualidade. Mesmo no casamento, o ato sexual era freqüentemente concebido como prática condenável, pois fazia irromper o que havia de mais inferior na natureza humana, aproximando-o de um animal. Uma mulher de respeito jamais poderia, diante dessas circunstâncias, manifestar desejo, sentimento reservado apenas às prostitutas. Deveria assumir o papel “ou de uma donzela virginal e tímida, ou de mãe doce e pura, porém nunca de amante sensual” (1983, *não paginado*).

Disto pode se depreender que ser adúltera no período vitoriano era o que de mais sujo uma mulher poderia ser, pois ao trair seu marido, a mulher admitia que sentia desejos por um homem que nem ao menos era aquele com quem ela havia se casado. O desejo igualava-a às prostitutas, profissão esta que se opunha radicalmente ao ideal de pureza que se desejava em uma esposa.

Assim, diante daquela carta, num misto de mal-estar físico e moral, Alvan se questionava a respeito das razões que levaram sua mulher a abandonar “o respeito, o conforto, a paz, a decência, a posição [...] por nada. [...] Pensou nela como rapariga bem formada, como esposa, como dona de casa, como senhora; mas nunca, por um momento que fosse, simplesmente como mulher” (CONRAD, 1986, p. 121).

Pensou também no escândalo que seria sua vida assim que todos soubessem do ocorrido. Se a mulher havia partido, foi porque ele fracassara. “Ainda se... ao menos ela tivesse morrido! [...] Dir-lhe-iam determinadas palavras em voz triste, e ele [...] daria as respostas certas! Para uma ocasião dessas havia precedentes. E ninguém teria se importado.” (CONRAD, 1986, p. 122).

Para Alvan já era quase certo que seria visto como um tolo, como alguém incapaz de ver o que a mulher lhe fazia pelas costas. Pensou em viajar, em entrar com uma ação de divórcio, em suma, em fazer qualquer coisa que lhe fizesse sair da situação como um ser humano um pouco mais digno. Decidiu rasgar a carta, e atirou seus pequenos pedaços ao ar.

Não podia chorar. “Os estrangeiros podem chorar; também matam, às vezes, em circunstâncias como estas. E para seu horror viu-se quase a lamentar que os costumes duma sociedade que perdoa a morte de um ladrão, lhe proibissem [...] mesmo o pensar em matar” (CONRAD, 1986, p. 127).

De repente, uma batida na porta. Alguém havia entrado na casa e se dirigia ao segundo andar. Era a esposa que havia retornado.

Fixava-a, abalado por uma trepidação interior. Era misteriosa, cheia, carregada por um sentido obscuro – como um símbolo. Fixava-a inclinando-se para a frente, como se tivesse estado a descobrir-lhe coisas que nunca tinha visto. Inconscientemente deu um passo para ele – e depois outro. Viu-lhe o braço fazer um movimento amplo e decidido – e parou. Tinha tirado o véu. Foi como se subisse uma viseira.

O encanto quebrou-se. Sentiu um choque como se o ruído de uma explosão o tivesse arrancado a um transe. (CONRAD, 1986, p. 130-1)

Alvan quis lhe perguntar a razão de ela o olhar como se o colocasse à prova, mas apenas conseguiu lhe perguntar quanto tempo ela permaneceria. A partir de então, as razões pelas quais a esposa havia saído de casa, de seu retorno, e de seu descontentamento com o casamento são por ela expostas. Simultaneamente, ganha

destaque na narrativa o modo como cada nova informação afeta psicologicamente o protagonista.

Ao final do conto, Alvan é um indivíduo completamente fragmentado, sem direção nem expectativas, repleto de ódio e de desconfiança. Um homem que percebeu ter falhado em sua missão de constituir um lar, e que por isso decidiu partir, mergulhado em sua loucura. “Então, em baixo, muito lá no fundo como se fosse nas entranhas da Terra, uma porta bateu pesadamente; e aquela casa vibrou das fundações ao telhado, mais do que vibraria com a voz do trovão. Nunca mais regressou” (CONRAD, 1986, p. 167).

4.2 “O Regresso” segundo um olhar angolano

Na narrativa conradiana, o espaço onde se passam as ações é exclusivamente o espaço londrino. O protagonista se chama Alvan Hervey e é casado há cinco anos com uma moça que dedicava seu tempo livre a obras filantrópicas e a sociedades de salvação e reforma. Porém, o casamento chega ao fim no dia em que o marido descobre que a mulher o traía, e se vê incapaz de lidar com essa situação. Afinal, a imagem de moça forte, pura e direita não mais existia, e ter com essa constatação atormentando-lhe a mente era, para Alvan, algo simplesmente intolerável.

Já na obra de Ruy Duarte de Carvalho, o inglês não se chama Alvan Hervey, nem tampouco é referenciado apenas por Perkins, como o faz Galvão. Chama-se Archibald Perkins, e é apresentado como “professor associado da London School of Economics, onde lecionava desde que se tinha transferido há cinco anos para Londres, vindo de Liverpool, depois de casar e decidir vir instalar-se aí.” (CARVALHO, 2007, p. 46). Deste modo, *n’Os Papéis do Inglês*, de um dos responsáveis por uma revista, o inglês se transforma em professor universitário e antropólogo, exercendo curiosamente as mesmas atividades profissionais de Ruy Duarte de Carvalho, embora entre ambos existam, de fato, mais oposições do que semelhanças.

A versão angolana do conto conradiano inicia-se em 1909, ano em que o protagonista Archibald Perkins participava de um encontro no qual os

professores das universidades de Londres, Oxford e Cambridge discutiam a terminologia que seria adotada em relação a uma disciplina que acabava de nascer (a antropologia social).

Como explica François Laplantine em sua obra *Aprender antropologia*, “o homem nunca parou de interrogar-se sobre si mesmo. Em todas as sociedades existiram homens que observavam homens. [...] A reflexão do homem sobre o homem e sua sociedade são, portanto, tão antigos quanto a humanidade” (2006, p. 13). O que não existia era o projeto de fundar uma ciência do homem, de tomá-lo (e não mais a natureza) como um objeto de conhecimento. É apenas a partir da metade do século XIX que a “antropologia se atribui objetos empíricos autônomos: as sociedades então dita ‘primitivas’, ou seja, exteriores às áreas de civilização européias ou norte-americanas” (LAPLANTINE, 2006, p. 14).

A essa altura a antropologia consistia basicamente, portanto, no estudo dos povos não ocidentais, estes concebidos como sociedades “simples” a serem estudadas por homens provenientes de uma sociedade “complexa”.

O contexto geopolítico desse período era totalmente novo, era o período da conquista colonial e, “é no movimento dessa conquista que se constitui a antropologia moderna, o antropólogo acompanhando de perto [...] os passos do colono” (LAPLANTINE, 2006, p. 64). Nesse momento,

[...] o indígena das sociedades extra-européias não é mais o selvagem do século XVIII, tornou-se o *primitivo*, isto é, o ancestral do civilizado, destinado a reencontrá-lo. A colonização atuará nesse sentido. Assim a antropologia, conhecimento do primitivo, fica indissociavelmente ligada ao conhecimento da *nossa origem*, isto é, das formas simples de organização social e de mentalidade que evoluíram para as formas mais complexas de nossas sociedades. (LAPLANTINE, 2006, p. 65)

Apoiada nas idéias de Darwin, a chamada antropologia evolucionista ratifica a idéia de que as sociedades ocidentais estão no grau mais elevado de desenvolvimento humano, e que as demais sociedades poderiam chegar ao mesmo nível de “civilização”, conforme passassem por determinadas etapas. E, diante deste contexto, a colonização aparece como uma prática justificável, visto que só ela permitiria às sociedades ditas primitivas saírem de seu suposto atraso (LAPLANTINE, 2006).

Trata-se, sem dúvida, de uma posição etnocêntrica e preconceituosa esta que moldou o pensamento de evolucionistas como Lewis Morgan, Edward Tylor e James Frazer. No entanto, como enfatiza Laplantine, “sem essa teoria, empenhada em mostrar as etapas do movimento da humanidade (teoria que deve ser ela própria considerada como uma etapa do pensamento sociológico), a antropologia no sentido no qual a praticamos hoje nunca teria nascido” (2006, p. 71).

Cabe lembrar que o no mesmo período, e em oposição ao evolucionismo, surgiu um novo tipo de antropologia, o difusionismo, que procurava “explicar o desenvolvimento cultural através do processo de difusão de elementos culturais de uma cultura para outra, enfatizando a relativa raridade de novas invenções e a importância dos constantes empréstimos culturais na história da humanidade” (ALVES e SANTOS, 2007, p. 25).

No início do século XX, alterações significativas envolvendo a nova disciplina acontecem. Dentre elas, destaca-se sobretudo o fim da repartição das tarefas, ou seja, o trabalho que antes dependia de um observador que ia a campo e de um pesquisador que permanecia em seu gabinete analisando e interpretando os dados colhidos passa a ser feito por uma só pessoa. É em função disto que, entre os anos de 1906 e 1908, Radcliffe-Brown parte para as ilhas Andaman estudar seus habitantes e, no ano seguinte, Seligman parte em missão para o Sudão. (LAPLANTINE, 2006)

É então este o contexto no qual Archibald Perkins, personagem do romance de Ruy Duarte de Carvalho está inserido. E, como evidencia o narrador, suas idéias não se aproximam nem evolucionismo, tampouco do difusionismo. Assemelham-se, em certo ponto, às de Radcliffe-Brown, fato que anos antes o fez desejar partir para as regiões australianas do Pacífico em uma aventura semelhante a que se entregara o então Alfred Reginald Brown.

Mas Archibald estava nessa altura casado ainda de fresco e a viver uma exaltação apaixonada pela atraente jovem que o matrimônio tornara sua mulher e a quem Londres tanto excitava e predispunha à festa, e isso terá contribuído para encarar com bonomia e digna passividade as reservas que de imediato sentiu quando a África do leste (ou do sudeste) se insinuou como o terreno da sua voluntariosa vocação. As tentações estavam viradas para a Austrália e a África era tida à parte, apesar dos esforços da British Association para o desenvolvimento da ciência na África do Sul. (CARVALHO, 2007, p. 47-8)

Delineia-se, assim, o desejo de Archibald Perkinings: ir para a África observar os povos que lá viviam. Delineia-se também a frustração de não poder ir em consequência do seu casamento ainda recente... Era, pois, um grande mal estar que envolvia Perkinings naquele encontro de professores em Londres, no qual ele assistia “com um certo ressentimento, despeito e má consciência, ao regresso de Radcliffe-Brown e à brilhante intervenção com que ia inaugurar uma carreira de 10 anos como conferencista da L.S.E.” (CARVALHO, 2007, p. 48).

Como acrescenta o narrador do romance, no encontro de professores também estava presente Alfred Cort Haddon, pesquisador que acabara de voltar de uma pesquisa com os índios da Columbia Britânica, na qual “acabara por ver-se a reprimir dissidências de trabalhadores chineses, chegando mesmo a integrar uma guarda a 66 prisioneiros” (CARVALHO, 2007, p. 50). Sua presença no recinto suscita um grande debate, no qual Perkinings intervém e expõe sua opinião acerca das relações entre a antropologia e o colonialismo.

Para Archibald,

[...] mesmo uma campanha como a que o Royal Anthropological Institute vinha a desenvolver a partir da Fitzroy Square – que invocava para a antropologia de Oxford, Cambridge e Londres uma função de apoio capaz de fornecer aos funcionários da administração colonial algum conhecimento sobre as populações com que iam lidar – só era defensável desde que ultrapassasse a concepção, sustentada pelos gestores do império, de que um tal saber haveria sobretudo de servir a ações de domínio por parte de quem estava a levar a civilização a povos atrasados, e logo assim se obrigava a dispensar-lhes benefícios nem que fosse à força. E já que a expansão da civilização, da cultura e da lógica européias era de fato imparável, estava no curso das coisas, o conhecimento dos antropólogos deveria aproveitar então à mudança integrada e não à redutora domesticação do indígena. (CARVALHO, 2007, p. 50)

Perkinings condenava, portanto, o uso da antropologia como meio de se justificar as ações de domínio por parte daqueles que se imbuíam da tarefa de “civilizar” povos “atrasados”, e tal atitude só contribuía para aumentar a imagem negativa que era difundida a seu respeito.

Após muito debate, Perkinings decide ir para casa. Ao sair do trem, “não era ainda um homem morto mas era já um homem profundamente abatido e à beira de remeter-se ao silêncio, à austeridade e ao azedume a que haveria de condenar-se até o resto da vida” (CARVALHO, 2007, p. 52). A sua volta, homens vestidos de forma igual e que possuíam os mesmos gestos passam a seu lado. Perkinings

definitivamente não é como um deles. Não se sente como os outros. Sente-se deslocado, vivendo em um mundo que o rejeita.

Fora da estação de trem londrina (a mesma por sinal de onde desembarcara Alvan Hervey), resolve mudar seu trajeto e encaminha-se à ponte de Waterloo, sobre o Tamisa. Segundo o narrador, o Perkins de sua história jamais poderia, assim como a personagem conradiana, ir direto para casa, uma vez que sua versão não se pauta pela “cruel, porque demolidora embora complacente, e despeitada sem dúvida ironia com que Conrad constrói o perfil burguês, conformista, formal, snob e calculista de Alvan” (CARVALHO, 2007, p. 53). O protagonista de sua história

[...] teve outra educação, e o caráter moldou-se-lhe noutros horizontes, nos de uma Rodésia propícia a que uma família como a sua se beneficiasse de toda a sorte de privilégios sem que a uma criança como ele pudesse vir à idéia a necessidade de os conquistar. A *farm* onde, menino, se fizera todos os dias saudavelmente descalço até ouvir uma ama negra a chamá-lo para lhe dar banho e o vestir para jantar a que a mãe e o pai compareciam cuidados como lordes, era mais a residência de uma família confortavelmente instalada perto dos terrenos que lhe garantiam um tal viver, mineração e comércio de ouro e diamantes, do que uma propriedade igual a tantas outras à volta, de fazendeiros saídos da baixa classe média inglesa. (CARVALHO, 2007, p. 53-4)

Diferentemente de Alvan Hervey, a preocupação que assolava Archibald Perkins não era a envolvendo seu casamento, mas o modo como era visto no meio acadêmico. Aos olhos dos demais antropólogos, era considerado um intruso, um outsider, um diletante, ao passo que Radcliffe-Brown, que nem ao menos se esforçava para agradar alguém, era tido como um gênio.

Em suma, o que o incomodava era o fato de alguém que se apresentava como um “excêntrico aristocrata inglês no estrangeiro [e que revelava] uma distância total em relação aos estrangeiros [...] como se não fossem gente de carne e osso, sem essa transferência de simpatias que é condição para um bom trabalho de terreno” (CARVALHO, 2007, p. 56-7) fosse bem visto por todos enquanto ele era simplesmente ignorado.

Depois de refletir sobre essa questão, Perkins parte finalmente para casa. Lá encontra uma carta semelhante à do conto conradiano, mas não se lhe põem as mesmas questões que afligem a Alvan, já que “a traição da mulher vem acrescentar-se à fadiga e ao desencanto a que as questões acadêmicas já o tinham conduzido” (CARVALHO, 2007, p. 56). É em função disto que, assim que a Sra.

Perkins retorna, Archibald, ressentido com o meio acadêmico e percebendo-se diante da impossibilidade de conviver com a suspeição, o ódio e o desprezo, opta por ir para longe, muito longe... Mais especificamente para Angola.

No romance de Ruy Duarte de Carvalho, portanto, Londres apresenta-se muito mais do que como cenário onde uma união se desfaz. Não se está mais no final do século XIX, mas no ano início do século XX, e este novo contexto possibilita ao narrador não apenas expor os fatos que antecederam a fuga do inglês do conto de Galvão para Angola – e, assim, unir o conto de Conrad à crônica do colonialista português –, mas também analisar os vínculos desse período da história inglesa com os primórdios da antropologia.

Neste processo, a narrativa evidencia, por meio da linguagem que apresenta, uma distinção entre a prática antropológica moderna (na qual o pesquisador era considerado um indivíduo privilegiado, que observava e explicava a cultura do outro) e uma antropologia interpretativa, que “desmistifica muito do que anteriormente passara sem questionamento na construção de narrativas, tipos, observações e descrições etnográficas” (CLIFFORD, 2002, p. 39), e que se aproxima da perspectiva adotada pelo narrador do romance.

Um dado bastante consistente nesta nova antropologia relaciona-se ao questionamento da autoridade daquele que escreve. Este aparece como indivíduo condicionado não apenas pelas circunstâncias em que vive, mas também por aquelas em que se dá a sua produção. Deste modo, quando o narrador do romance de Ruy Duarte de Carvalho propõe uma reflexão a respeito do modo como a antropologia social surgiu, aponta seus vínculos com o colonialismo e, mostra que o protagonista de sua versão não concordava com certos rumos que o fazer antropológico tomava, acaba por mostrar que as correntes antropológicas foram criadas (e também criticadas) por pesquisadores movidos por determinados propósitos. Afinal,

Como toda construção intelectual, a antropologia permanece ligada às condições históricas de sua instauração e de suas manifestações, isto é, aos meios teóricos e práticos que a transformou no que é atualmente. [...]

O período de 1860 a 1920 coincide com as fases da conquista colonial por parte do mundo Europeu e o advento da antropologia como estudo sobre o Outro.

Já no próprio projeto de constituição de um saber mais sistemático sobre o homem, delinea-se como seu principal eixo uma compreensão da natureza e da cultura que eram o próprio fundamento epistemológico de sua cientificidade. Assim, durante um longo espaço de tempo, [...] comprometeram-se com *um saber sobre o outro*

vinculado às leis científicas que estabeleciam uma natureza única e hegemônica para todos os seres humanos. (JORDÃO, 2004, p. 37, grifo nosso)

A antropologia em seus primórdios era, portanto, uma ciência feita por homens do Ocidente que observavam um Outro “atrasado” e “primitivo”, e que se colocavam como padrão de desenvolvimento a ser seguido. Trata-se, sem dúvida, de um discurso semelhante ao veiculado pelos discursos coloniais, o que deixa clara a aproximação entre essa antropologia inicial e o colonialismo.

No momento em que o narrador do romance angolano escreve, por sua vez, percebe-se a existência de um novo cenário, não mais marcado pelo colonialismo, visto que se trata de um período pós-colonial. N’*Os Papéis*, o autor (e também o narrador em que ele se desdobra), recorrendo a um conto de um escritor que afirmava a superioridade inglesa, e ele incorporando dados da antropologia moderna, não apenas questiona as representações do Outro criadas pelo mundo inglês, como também revela que a antropologia periférica cada vez mais busca seu espaço em meio aos discursos do Ocidente.

4.3 Um Livro Inglês n’ *O Coração das Trevas*

Se, no conto “O Regresso”, verifica-se o predomínio não apenas de uma perspectiva, mas também de uma ambiência inglesa, em *O coração das trevas*, romance de Joseph Conrad publicado em 1902, o que se constata é a existência de uma obra focada no modo como o homem inglês vê e interpreta a África e seus habitantes.

Segundo palavras de Edward Said, o romance capta uma atitude imperial, visto que seu discurso pressupõe a “absoluta centralidade do Ocidente, [...] sua forma totalizadora, suas atitudes e gestos que tudo abarcam, o quanto ele cala mesmo quando inclui, absorve e consolida” (1995, p. 55). Logo, não surpreende que os fatos ocorridos no Congo sejam narrados por um marinheiro inglês (Marlow) que, por meio de sua performance, encena o modo como os discursos coloniais omitiam ou modificavam determinados fatos para atender aos interesses imperiais.

Como evidencia a narrativa, Marlow não era um sujeito comum:

Ele era o único entre nós que ainda “seguia o mar”. O pior que podia ser dito dele era que não representava sua classe. Era um homem do mar, mas era peregrino também, enquanto a maioria dos marujos levava, por assim dizer, uma vida sedentária. [...] As histórias dos homens do mar têm uma simplicidade direta, cujo significado cabe inteiramente na casca de uma noz partida. No entanto, Marlow não era um marinheiro típico (excetuando sua propensão a contar histórias), e, para ele, o significado de um episódio não estava dentro como um cerne, mas fora, envolvendo a narrativa que o descobriu apenas como um fulgor iluminando a neblina, na semelhança de um desses nevoentos halos que às vezes se tornam visíveis pela iluminação espectral do luar. (CONRAD, 2006, p. 9)

Tal afirmação possibilita ao leitor perceber que os eventos que serão posteriormente narrados por Marlow, embora pareçam ser dotados de uma certa simplicidade, inserem-se em um contexto maior, que precisa ser desvelado para ser compreendido.

É fato que a história narrada por Marlow apresenta elementos da vida de Joseph Conrad – não apenas o desejo de ir para a África alimentado desde a infância, mas também a mobilização de conhecidos para que conseguisse um emprego no continente desconhecido quando adulto, o assombro em relação ao que vira quando lá chegou, a experiência ao chegar no posto comercial, entre outros (LIMA, 2003). Contudo, não é apenas este contexto que deve ser levado em conta durante a leitura da obra, mas também o contexto de horror em que a narrativa de Marlow se insere.

Essa narrativa está indiretamente ligada à força redentora, bem como à devastação e ao horror, da missão européia no mundo negro. O que se perdeu, foi excluído ou apenas inventado no relato tremendamente envolvente de Marlow é compensado pelo puro impulso histórico, pelo avanço do movimento temporal – com digressões, descrições, interessantes embates e tudo o mais. [...] Mas, por trás do tom inconclusivo, das evasões, das meditações em arabesco de Marlow sobre seus sentimentos e idéias, está o curso incessante da viagem, a qual, apesar de todos os obstáculos, avança pela selva, pelo tempo, por entre as dificuldades [...] até o império comercial de marfim de Kurtz. Conrad quer no mostrar que a grande aventura de pilhagem de Kurtz, a viagem de Marlow subindo o rio e a própria narrativa partilham o mesmo tema: europeus executando ações de domínio e vontade imperial na (e sobre a) África. (SAID, 1995, p. 55-6)

São, portanto, as ações praticadas pelos europeus em relação aos africanos que ganham destaque na narrativa. A forma desumana como o homem negro é tratado, e também negativamente representado pelo Ocidente. Em *O Coração das Trevas*, o relato de Marlow acaba por se tornar um exemplo do discurso colonial,

ao se mostrar como um texto produzido por um homem inglês em sua observação do Outro, e destinado a homens com perfil semelhante ao dele.

É Marlow, portanto, enquanto representação do europeu que vai ao continente africano para conquistar e explorar novas terras, que possui, no romance de Conrad, a autoridade para narrar os feitos dos homens brancos no mundo negro. O negro, por sua vez, permanece em silêncio, e não raro é descrito como um ser que se comunica por meio de grunhidos, incapaz de verbalizar suas impressões.

Em *O Coração das trevas* inexistente a exposição do ponto de vista do colonizado, visto que

[...] nem Conrad nem Marlow nos oferecem uma visão completa do que se encontra *fora* da postura de conquistadores do mundo encarnada por Kurtz, por Marlow, pelo círculo de ouvintes do *Nellie* e por Conrad. [...] *Heart of darkness* é uma obra que funciona tão bem porque sua política e sua estética são, por assim dizer, imperialistas [...]. Pois se de fato não conseguimos entender a experiência do outro e se, portanto, precisamos depender da autoridade impositiva do tipo de poder que Kurtz exerce como homem branco na selva ou que Marlow, outro branco, exerce como narrador, é inútil procurar outras alternativas não imperialistas: o sistema simplesmente as eliminou ou tornou-as inconcebíveis. (SAID, 1995, p. 56, grifo do autor)

No romance, as formas de alteridade racial, cultural e histórica são concebidas como peças fixas. Assim, se o inglês é o protagonista da história, isto significa que o seu papel é e será sempre este. Da mesma forma, o homem negro está condenado a ser sempre oprimido e silenciado, devido a seu posicionamento marginal. Trata-se, sem dúvida, de uma visão reducionista e estereotipada. No entanto, é justamente por meio dessas limitações e desses estereótipos que o discurso colonial se constrói.

Em nenhum momento, a obra sugere que o negro poderia conquistar sua independência, ou sair completamente de sua situação subalterna. A imagem do africano mais bem-sucedido exposta na narrativa pode até mesmo ser considerada caricata. É a de um assimilado que veste uma jaqueta sem um dos botões (provavelmente peça de um uniforme antigo descartado por algum colono), e que renunciou às suas raízes para ser reconhecido como alguém de valor. Afinal, como argumenta Albert Memmi, “nada poderia justificar melhor o desvalimento do colonizado que sua ociosidade” (1977, p. 78). E, se o trabalho para os brancos

era sinal de virtude, é comportando-se como um dos europeus que o assimilado tenta ser aceito.

O negro na narrativa é, portanto, um pouco menos desqualificado – um pouco menos, visto que sua imagem em nenhum momento apresenta um valor positivo –, quanto mais se aproxima do ideal europeu. A África e sua cultura são as trevas, espaço do primitivo e da ausência de desenvolvimento. Do mesmo modo, a africanização de um homem apresenta-se como ato condenável, encarado como uma espécie de doença, o mesmo tipo de loucura que acometeu o Perkin Warlock da crônica de Galvão.

Foi após percorrer o Oceano Índico, o Pacífico e o Mar da China, que Marlow decidiu ir para a África. Após mobilizar algumas pessoas que lá pudessem lhe arrumar trabalho, conseguiu emprego em uma Companhia. “Era o maior negócio local e todo mundo [...] dizia-se orgulhoso dela. Iam administrar um império no ultramar e ganhar um rio de dinheiro com o comércio” (CONRAD, 2006, p.17). Eram, portanto, duas as principais motivações que moviam homens como Marlow: o desejo de conquistar e de dominar novas terras, e o desejo de enriquecer.

Ao passar pelo médico da Companhia, este logo ficou admirado com o fato de Marlow ser inglês. “Perdoe minhas perguntas, mas o senhor é o primeiro cidadão inglês que tenho a oportunidade de examinar...” (CONRAD, 2006, p. 26). O “ser inglês” se mostra então, na narrativa, como algo que diferencia Marlow dos demais marinheiros. O “ser inglês” é a marca de uma diferença cultural e racial que o eleva em relação aos outros, e que será insistentemente por ele lembrada no decorrer da narrativa, sobretudo nos momentos em que relata sua estada na África. Assim, ampliando a importância de sua origem, Marlow afirmará seu pertencimento a um universo afortunado, do qual os africanos são incapazes de participar.

Após uma exaustiva viagem, ao se aproximar do continente africano, Marlow teve a impressão de estar diante de um enigma, uma terra “convidativa, grande e má, insípida ou selvagem, e sempre muda com um ar de quem murmura: ‘Venha cá e descubra’” (CONRAD, 2006, p. 23). Para ele, a África parecia um lugar perigoso, onde o horror coexistia com a morte, como se verifica em seu relato exposto a seguir:

Entregamos as cartas (ouvi dizer que os homens daquele barco solitário estavam morrendo de febre numa média de três ao dia) e partimos. Paramos em mais alguns lugares com nomes curiosos, onde a alegre dança da morte e do comércio prossegue numa atmosfera silenciosa e terrena, como numa catacumba extremamente quente; ao longo de toda a costa disforme, limitada por perigosa arrebentação, como se a própria natureza procurasse manter afastados os intrusos; entrando e saindo dos rios, correntes de morte em vida, cujas margens se desfaziam na lama, e as águas, engrossadas com o limo, invadiam os mangues sinuosos, que pareciam se contorcer diante de nós no extremo de um desespero impotente. (CONRAD, 2006, p. 26)

Se no início do romance, a cidade de Londres é descrita como lugar belo e acolhedor, a África surge, nesse ponto, como pólo oposto, um espaço inóspito e ameaçador. Londres era o lugar do céu sem manchas, da “imensidão benigna de luz imaculada” (CONRAD, 2006, p. 6), do desenvolvimento, da civilização. Já a África abriga a morte, o desespero, “povoados existentes há alguns séculos, e assim não maiores que a cabeça de um alfinete, tendo como pano de fundo a vastidão intocada da selva” (CONRAD, 2006, p. 24).

Como explica Francisco Noa, em uma narrativa colonial, o espaço nunca é uma opção aleatória, mas um fator constitutivo, uma vez que “não se trata apenas de falar sobre eventos e seres que nele evoluem, mas de um espaço que *fala sobre si próprio* e das suas virtualidades representativas e informativas” (2002, p. 112, *grifo do autor*). Isto significa que, por trás da aparentemente simples escolha espacial, há o propósito não apenas de expor “um mundo novo, uma espécie de continente-sombra a desvendar” (NOA, 2002, p. 115), mas o também de afirmar que tal desvendamento – assim como a sua narração – constitui tarefa exclusiva do colonizador.

Assim, quer apresentando-se segundo a lógica colonial como espaço por desbravar (“o mato”), quer como espaço humanizado (lugar de interações e tensões sociais, econômicas, culturais, civilizacionais, etc.), quer ainda como simples modelação sensorial (do olhar, em especial), o espaço configurado [...] revela-se tanto como fator de transformação, quanto como fator de fundação discursiva e diegética. Pode-se, à partida, surpreender, aqui, uma nota de perversidade, textual ou autoral, dado que é colocado na ação e no olhar do colono o gesto fundador de toda esta dinâmica transformacional como se antes da sai chegada *nada* acontecesse. (NOA, 2002, p. 123, *grifo do autor*)

O olhar daquele que narra possui pois, grande importância no contexto da narrativa. Trata-se de um olhar de fora, que percebe aqueles que não são ingleses como indivíduos inferiores e, tudo aquilo que remete à África como algo lúgubre

e ameaçador. É em função disto que, ao observar seus companheiros de viagem, Marlow sente que entre eles não há nada em comum. Os negros, por sua vez, parecem-lhe ainda mais diferentes. Não raro, o marinheiro os compara a animais, que se movem como se balançassem seus rabos, ou mesmo a formigas (pequenas e insignificantes), como se verifica no fragmento a seguir:

Seis negros avançavam em fila, subindo a trilha com dificuldades. Caminhavam eretos e devagar, equilibrando pequenas cestas cheias de terra sobre a cabeça, e o tilintar marcava o ritmo de seus passos. Trapos pretos circundavam-lhes o lombo, e as curtas pontas atrás balançavam para lá e para cá como rabos. [...] Passaram por mim a uma distância de quinze centímetros, sem sequer me olharem, com aquela completa, mortal, indiferença de infelizes selvagens. Atrás dessa matéria-prima, um dos que haviam sido regenerados, produto das novas forças em questão, caminhava sem ânimo, carregando um fuzil. Vestia uma jaqueta de uniforme, faltando um botão, e, ao ver um homem branco no caminho, levou a arma ao ombro com entusiasmo. (CONRAD, 2006, p. 28-9)

Por meio desta fala, Marlow estabelece uma distinção envolvendo negros que se comportam como selvagens, negros assimilados e o homem branco. Os primeiros estariam no grau mais baixo de desenvolvimento; os segundos, seriam aqueles “regenerados” pela cultura européia – e que a ela tentavam se integrar, apropriando-se dos hábitos do colonizador, e usando-os a favor de si, mas contra os seus; por último, estaria o homem branco, que, segundo Marlow, “fazia parte da grande causa inspiradora desses elevados e justos procedimentos” (CONRAD, 2006, p. 29).

Para Marlow, encontrar um homem branco como ele, em meio às trevas, era uma espécie de alento, pois lhe dava ânimo para enfrentar as trevas que observava naquilo que dizia respeito à cultura negra. Eis, então, a razão pela qual, ao se deparar com o contador-chefe da Companhia – “um homem branco, com um traje tão inusitadamente elegante [...]. Cabelo partido, escovado, untado com óleo, sob um guarda-sol de abas verdes, seguro por uma grande mão branca” (CONRAD, 2006, p. 33) –, logo pensou que se tratava de uma visão, um milagre em pessoa.

Nas palavras do marinheiro inglês, o homem “parecia, sem dúvida, um manequim de loja; porém, na grande desmoralização que reinava no lugar, ele sabia manter as aparências. Era um sinal de firmeza. Seu colarinho engomado e as partes salientes da camisa eram demonstrações de caráter” (CONRAD, 2006, p. 33) pelo fato de mostrarem que ele não havia se corrompido pelo local em que vivia.

Foi por meio desse homem que Marlow ficou sabendo da existência do Sr. Kurtz, um dos maiores comerciantes de marfim daquela selva. Kurtz, naquele continente bravio, era considerado um “emissário da piedade, da ciência, do progresso e do diabo a quatro” (CONRAD, 2006, p. 47), um ser especial, um verdadeiro prodígio. E era inglês, assim como Marlow. É justamente o fascínio que ronda o nome daquele homem que desperta em Marlow o interesse por conhecê-lo. Assim, pouco tempo depois, parte em uma viagem rumo ao coração das trevas, levando consigo alguns, o gerente geral, e três ou quatro peregrinos.

Um dos momentos mais significativos da narrativa ocorre no decorrer desta jornada. Trata-se o instante em que Marlow encontra uma casa desabitada na floresta, e dentro dela, um livro:

Foi um achado extraordinário. O título era *Uma Investigação sobre Algumas Questões do Ofício de Marinheiro*, de um autor chamado Towser, Towson – um nome assim –, Comandante da Marinha de Sua Majestade. [...] Encontrar ali um tal livro já era de fato surpreendente; mas ainda mais impressionantes eram as notas feitas a lápis na margem, claramente se referindo ao texto. Eu não podia acreditar no que via! Estavam em código! Sim, pareciam cifradas. Imaginem um homem levando consigo um livro dessa espécie para aquele fim de mundo e estudando-o... e fazendo anotações... em código! Era um extravagante mistério. (CONRAD, 2006, p. 71-2)

Em artigo intitulado “Significados como milagres”, Homi Bhabha comenta que, presente na conversa que o catequista indiano Anund Messeh teve com cerca de 500 pessoas em maio de 1817, nas proximidades de Delhi, e repetindo-se em narrativas encenadas em outros continentes, a cena do aparecimento repentino de um livro inglês figura os “correlativos ideológicos do signo ocidental [...] que sustentam uma tradição da autoridade ‘cultural’ inglesa. Eles criam uma narrativa revisionária que sustenta a disciplina da história da comunidade britânica e seu epígono, a literatura da Comunidade Britânica” (2007, p. 154).

No romance de Conrad, ao descobrir o livro inglês, Marlow se esquece por um instante da selva africana, pois acredita que o mundo inglês que se sobrepõe àquele contexto. O livro é um símbolo da autoridade e da superioridade inglesas, mas também uma espécie de presente misterioso que o faz lembrar de seu não-pertencimento ao mundo africano, ou seja, que ele provém do mundo daqueles que são capazes de escrever a história, e levar o progresso às partes consideradas menos desenvolvidas.

O fascínio em relação ao mundo inglês também envolve o marinheiro no instante em que, ao encontrar Kurtz próximo de sua morte, ele imediatamente pensa no passado glorioso que aquele homem tivera na Inglaterra, e afirma:

Estou tentando compreender mais claramente quem era... o Sr. Kurtz... o espectro do Sr. Kurtz. Aquele iniciado fantasma proveniente do fundo de lugar nenhum honrou-e com sua surpreendente confiança antes de desaparecer completamente. Foi porque podia falar inglês comigo. O Kurtz original fora e parte educado na Inglaterra, e – como ele próprio teve a bondade de dizer-me – suas simpatias inclinavam-se para o lugar certo. A mãe era meio inglesa, o pai meio francês. A Europa inteira contribuíra para a fabricação de Kurtz. (CONRAD, 2006, p. 94)

Nesse ponto, o que a narrativa parece salientar é que, assim como Alvan Hervey, o protagonista do conto “O Regresso”, o Kurtz “original” era um homem moldado pela moral vitoriana. Um sujeito, portanto, comedido, civilizado, e respeitável. Contudo, se o destino de Hervey, após ter deixado sua casa e sua esposa, não são elucidados por Conrad em seu conto, já em *O Coração das Trevas*, aquilo que ocorre com a ida de Kurtz para o Congo – e com seu conseqüente afastamento de sua Prometida –, não é um fato ignorado pelo escritor, que não apenas de explicita a transformação de um homem notável em mero espectro, mas também aponta sua causa: a vida na selva africana.

Do mesmo modo, na concepção de Marlow, foi a convivência com os nativos que degenerou Kurtz. Como ele mesmo afirma, “antes de – vamos dizer – ficar mal dos nervos, fazendo com que presidisse certas danças à meia-noite que terminavam com indescritíveis ritos, os quais [...] eram oferecidos a ele” (CONRAD, 2006, p. 95), Kurtz sabia qual era sua função naquele lugar, prova disto era o relatório por ele escrito a pedido da Sociedade Internacional dos Costumes Bárbaros:

[...] era um belo texto. [...] Começava com o argumento de que nós, brancos, em razão do nível de desenvolvimento a que chegamos, ‘devemos necessariamente aparecer a eles (selvagens) como seres de natureza sobrenatural – aproximamo-nos deles com a força da divindade’, e assim por diante. ‘Pelo simples exercício de nossa vontade, podemos exercer para sempre um poder praticamente ilimitado’ etc. etc. A partir desse ponto, elevava-se a grande altura, levando-me junto. O discurso era magnífico, embora difícil de lembrar, compreendem. Passava a idéia de uma exótica Imensidão governada por uma augusta benevolência. Fazia-me vibrar muito. [...] Era muito simples, e, no final daquele apelo comovente a todo sentimento altruísta, brilhava, luminoso e aterrorizante, como o clarão de um raio em um céu sereno: ‘Exterminem todos os bárbaros!’ (CONRAD, 2006, p. 95-6)

Em sua convivência com os nativos, Kurtz havia se africanizado e, conseqüentemente, deixara de ter as mesmas idéias que apresentava em seu relatório. No entanto, fixado no papel, e em língua inglesa, estava o discurso do colonialismo: o registro de uma suposta superioridade de brancos sobre negros, e do desejo de expansão do império. Não seria, então, o novo modo de pensar de Kurtz que chegaria aos homens da Europa, já que o que prevaleceria como discurso oficial, e seria difundido pela Sociedade Internacional dos Costumes Bárbaros, continuaria a ser aquele baseado em uma perspectiva eurocêntrica.

Convém também mencionar que, ao enfatizar que loucura de Kurtz fora causada por sua imersão na cultura africana, Marlow reafirma a importância de uma missão civilizadora na África, pois mostra que as influências africanas são maléficas à Europa, e que, somente com a imposição de uma cultura européia será possível salvar o continente. Ser africano torna-se, neste contexto, sinônimo de estar doente, o que justificaria a presença de homens preparados para solucionar o problema. Marlow, portanto, em seu discurso, propaga a ideologia imperial e, com isso, ajuda a alimentar o preconceito contra o homem e a cultura africanos.

No entanto, o que a personagem também mostra é que o discurso colonial é feito das verdades que o poder deseja mostrar. Além da exaltação exagerada à pátria de origem, e da depreciação do outro, nele há a manipulação dos fatos, os quais são contados de modo a atenderem certos interesses. A postura de Marlow, ao mentir, quando questionado pela Prometida acerca das últimas palavras de seu noivo, é um exemplo disto:

“‘Repita-as’, murmurou ela, num tom de partir o coração. ‘Eu quero... eu quero... algo... algo... para... para... poder seguir vivendo.’

“Estive a ponto de gritar para ela: ‘A senhora não está ouvindo?’ A penumbra estava repetindo-as num persistente sussurro a nossa volta, um sussurro que parecia se intensificar ameaçadoramente, como o primeiro sussurro de um vento que cresce: ‘O horror! O horror!’

“‘Suas últimas palavras... para guardar para sempre’, insistiu. ‘Não percebe que eu o amava... eu o amava... eu o amava!’

“Recompus-me e falei lentamente:

“‘A última palavra que pronunciou foi... seu nome’. (CONRAD, 2006, p. 147)

Não são as palavras de horror que Marlow repete para a Prometida. Ele lhe diz aquilo que a satisfaria, o que prova ser válida a afirmação de Homi Bhabha de que “há uma conspiração de silêncio em torno da verdade colonial, o que quer que isso seja” (2007, p. 177).

Mas, o que de fato significam as palavras de horror proferidas por Kurtz? É ainda Bhabha quem explica que não se trata de uma descrição naturalizada ou primitivista “da ‘outridade’ colonial; elas são as inscrições de um certo silêncio colonial que zomba da atuação social da linguagem com seu não-senso, que desconcerta os verismos comunicáveis da cultura com sua recusa a traduzir” (2007, p. 179).

No romance de Conrad, essas palavras, apesar de terem sido silenciadas na fala de Marlow, foram um dia ditas. Fica evidente então, que paralelamente à versão por ele oficialmente contada, existiram outras versões para o que ocorreu no Congo. E, é partindo justamente da possibilidade de trazer à tona eventos omitidos por Marlow que Ruy Duarte de Carvalho se apropriará de elementos de *O Coração das trevas* para narrar a história de Archibald Perkins.

4.4 O Livro Inglês no Romance Angolano

Como explicitado anteriormente, no romance *Os Papéis do Inglês*, o ponto de partida de Ruy Duarte de Carvalho foi “O branco que odiava as brancas”, crônica na qual Henrique Galvão comentava brevemente a respeito do suicídio de Perkins em Angola – o caçador inglês que se suicidou após ter matado tudo a sua volta. Recorrendo ao conto “O Regresso”, de Joseph Conrad, por sua vez, o escritor inseriu na narrativa as razões que levaram o agora Archibald Perkins a ir para a África – por sinal, diversas da apresentada pelo colonialista português. Já com a incorporação de dados d’*O Coração das Trevas*, mais uma peça é inserida no quebra-cabeça romanesco de Ruy Duarte de Carvalho por meio da aproximação da imagem do inglês da crônica de Galvão com Kurtz, o inglês conradiano.

Em suas respectivas narrativas, as duas personagens (Perkins e Kurtz) são descritas como homens provenientes de famílias respeitáveis, que foram para a África à procura de marfim e que, ao deixarem que a cultura africana se sobrepusesse à sua cultura de origem, foram castigados pela selva, ou seja, enlouqueceram. Outro fato que aproxima as duas personagens consiste na explicitação de seu desejo pela mulher negra, em detrimento de sua relação com

uma mulher branca. Enquanto o Perkins da crônica de Galvão não suportava qualquer referência a mulheres brancas, Kurtz havia deixado sua noiva em Londres e, em meio a selva, satisfazia-se sexualmente com as mulheres negras.

No romance de Ruy Duarte de Carvalho, a recusa da mulher branca não será simplesmente mencionada, já que o narrador da obra procurará inicialmente investigar sua causa e, posteriormente, elaborar um relato contendo suas impressões. Neste processo, contudo, o antropólogo-narrador não procurará fixar uma norma, mas sim propor uma nova versão contendo dados silenciados pelas narrativas anteriores.

É assim que, como num filme,

A Americana surge enquadrada no triângulo da entrada da tenda que dá para o terreiro. O Inglês não pode saber há quanto tempo ela lá está porque não a vê chegar. Quando desvia os olhos do teto da barraca em que esteve absorto, dá conta que ela está ali de pé, a fazer parte do quadro, integrada no resto pela ebulição dos efeitos da sombra e da luz. [...] Os pés nus da mulher, tão fina e nitidamente definidos cada vez que se iluminam, são um detalhe irremediavelmente líquido e o Inglês vê-se sem defesa imerso num interior primordial que se acende vivo e autônomo na sua própria combustão de mucosa e magmas. Estremece num soluço que lhe dilata o peito, fecha os olhos com força e dá-se vazio à torrente de odores que o vem sufocar. (CARVALHO, 2007, p. 81-2, grifo do autor)

A seguir, uma cena de sexo é exposta pelo narrador, com uma linguagem rica em detalhes, e que capta os movimentos dos corpos, os sons, e até mesmo o pensamento de Archibald Perkins, no qual ele associava as palavras que a mulher dizia naquele instante – “*Please beat me, oh! please beat me, you bloody dog, oh! please beat!*” (CARVALHO, 2007, p. 82) – com aquelas ouvidas na ocasião em que, ainda menino, flagrou-a com seu pai em um ato de adultério.

Na época, Archibald tinha doze anos, e a mulher ruiva era uma amiga de sua mãe, por quem imediatamente se encantara. Sua decepção, no entanto, ocorreu no dia em que, ao sair de casa para caçar um animal para o jantar, teve sua atenção desviada para a ala dos cavalos, lugar onde se deparou com “*dois corpos convulsos virados ambos não um para o outro mas para o mesmo lado, um deles o do pai, o outro da amiga, e entre os soluços dela a palavra cão [...] e o mundo a enrolar-se à volta deles e à sua*” (CARVALHO, 2007, p. 87, grifo do autor).

Sua reação diante do que vira foi apenas a de sair correndo até a sua casa, dominado pelo horror. Procurou a mãe e, não a encontrando, saiu de casa novamente. Parou no meio do terreiro, atirou em todos os animais a sua frente

(capotas, galinhas, patos, pavões) e desapareceu. Retornou somente à noite, e só falava em um tesouro que fora escondido em Angola pelo potentado negro Lobengula, e pelo qual a moça ruiva demonstrou muito interesse.

São essas as imagens que vêm à mente de Archibald anos depois ao se deitar com a americana, e que o deixam possesso. Naquele momento, o desejo que lhe dominou quando viu a moça ruiva entrar pelo seu quarto se transforma rapidamente em uma fúria semelhante àquela sentida na infância. O inglês então sai da barraca, atira duas vezes para o alto, chama o grego, e lhe pede que “pegue nela e no esterco do marido e os vá despejar longe” (CARVALHO, 2007, p. 83).

Assim se justifica no romance o ódio que o inglês tinha pelas mulheres brancas. Sua aversão não se mostra, portanto, como na crônica de Galvão, como um sintoma de um enlouquecimento causado por sua ida à África. Resulta de uma experiência traumática por ele sofrida durante a infância e que, não sendo resolvida, acabou por se manifestar posteriormente. A África deixa pois, de apresentar o significado negativo que tinha na narrativa portuguesa, bem como n’*O Coração das trevas*.

Tal afirmação pode ser também corroborada mediante a observação do modo como Angola é descrita na obra: não como um lugar inóspito, primitivo ou selvagem, mas como lugar belo e acolhedor:

Hoje de manhã, com a terra molhada ainda pela umidade da noite, do ocre luminoso do chão, batido pelo sol, destacavam-se, móveis, as pintas de cor muito vermelha de uns percevejos de veludo, *os filhos-de-deus*, que são sinal de chuva continuada. Porém a noite Estée limpíssima, e acesa por uma lua cheia que manteve nítido o recorte da serra ao longe e cuja luz me atingia filtrada pelo fino algodão da tenda. Este limpo acordar instaura o tempo da estação aqui. Recordo outras, negras, que espreito então nas madrugadas para ver um céu rasgado, só, pelas vias lácteas. Longe de Luanda, Luanda é longe, e é sempre longe de Luanda aqui. (CARVALHO, 2007, p. 21, *grifo do autor*)

Narrar Angola segundo uma perspectiva que se afasta de uma concepção eurocêntrica não significa, contudo, estar alheio aos problemas que lá ocorrem. Trazer à tona as condições bárbaras, desumanas e injustas de seu país é, neste contexto, um modo de se incitar a população a pensar em ações que as façam desaparecer. É justamente isto que o narrador propõe quando relata que, em sua ida ao Namibe, percebeu que faltavam água e luz na cidade, e que no Xingo além de não haver medicamentos, os serviços eram todos precários.

Da mesma forma, ao comentar a respeito do comportamento de seu primo Kaluter – que, assim como vários outros, deixou Angola após a independência, e agora voltava para “avaliar como é que as coisas estavam a correr cá pela terra” (CARVALHO, 2007, p. 103) –, o narrador critica aqueles que, em vez de colaborarem para a reconstrução do país, apenas pensam em si, em tirar vantagem da corrupção, da guerra, e do desconcerto institucional.

N’Os Papéis, não é apenas o espaço africano que é representado de um modo diverso das imagens que permeiam as narrativas ocidentais, mas também os africanos e sua cultura. Ao contrário do que ocorre no romance de Conrad, a mulher branca e a mulher negra, por exemplo, deixam de ser mostradas como se cada uma tivesse sua função (a branca como esposa e a negra como amante), já que ambas recebem o mesmo tipo de tratamento por parte do narrador.

Do mesmo modo o homem negro não é mostrado como alguém inferior. Paulino, por exemplo, além de ser companheiro de trabalho do antropólogo que conta a versão angolana da história de Perkins, é também seu amigo e, as histórias que ele lhe conta, não são por ele silenciadas, mas incorporadas a seu relato. Afinal, como o romance evidencia, também integram essa nova versão da história o pai do narrador (um caçador português), e o avô de Paulino, o “ganguela do coice” cuja importância para a narrativa é destacada já no subtítulo da obra.

Aquilo que Paulino tem a dizer a respeito de seu avô é essencial para o narrador, enquanto intelectual que encara o texto que escreve não como um espaço para falar do outro, mas sobretudo como um espaço para que o outro (tão angolano quanto ele) também fale. Na obra, o reconhecimento da importância da fala de seu companheiro de viagem mostra-se claramente quando o antropólogo-escritor afirma: “Ora, precisamente, de uma observação feita pelo Paulino [...] é que haveriam de resultar, em grande medida, a dinâmica e as rotas de muitas das minhas deambulações seguintes por estepes e savanas, setentrionais e austrais, de serra acima e abaixo” (CARVALHO, 2007, p. 14).

Paulino é, em grande medida, o responsável pela escrita de uma nova versão da história do inglês. Foi após contar que seu avô, antes de falecer, guardou por muito tempo os objetos de um branco para quem trabalhou (um instrumento de música, uma bíblia, uns livros e alguns papéis), e cujo suicídio presenciou, que o narrador decidiu ir atrás dos dados que lhe possibilitassem criar uma narrativa a partir das omissões de Galvão.

Assim, do mesmo modo que Marlow parte em busca de Kurtz em *O Coração das trevas* – e só depois que o encontra pode contar a história de sua ida ao Congo para outros ingleses –, o narrador d’*Os Papéis* só tem uma versão pronta da história do inglês ao término da obra. Este romance angolano pode ser definido então como produto de uma busca, não apenas dos papéis, mas também dos elementos constituintes da narrativa: a busca de informações sobre cada personagem, de outras versões para a morte de Perkins, entre outros.

Neste processo, chama a atenção o fato de que, enquanto as folhas do relatório de Kurtz, assim como o livro inglês inesperadamente encontrado por Marlow, são símbolos do triunfo do colonialismo inglês, no caso do romance de Ruy Duarte de Carvalho, a busca pelos papéis é aquilo que possibilita ao narrador descobrir novas informações nas lacunas deixadas pelos textos imperialistas de Conrad e de Galvão.

Tal como um antropólogo que parte para a pesquisa de campo, conhecendo ainda pouco do grupo que será estudado (já que somente a observação participante lhe oferecerá subsídios para interpretá-lo), o narrador se mostra como alguém que tem hipóteses, mas não todas as certezas. Em relação à morte do grego supostamente provocada por Perkins, por exemplo, ele afirma que tem pouco a informar, pois apenas sabe

[...] que durante todo o tempo em que o seu cadáver permaneceu insepulto no acampamento, e pelo menos até à intervenção do Mulato que, nesta narrativa, vai aparecer mais à frente, a seu lado jazeu também uma carabina, uma Martini 9,3. E terão sido dois os tiros que a vastidão tensa e ofuscante acolheu nessa hora entre as demais perigosa da uma da tarde, propícia entre todas ao passeio errante dos gênios da natureza, os bons, os menos bons e até os maus. Se um dos tiros tinha sido disparado por essa arma ou ambos provinham da fúria justiceira do Inglês, jamais talvez saberei dizer. (CARVALHO, 2007, p. 117)

Trata-se de uma postura bastante diferente da presente nos textos etnográficos do início do século XX, nos quais a autoridade do pesquisador não era discutida. Neste novo momento, há mais incertezas do que certezas, e as respostas vão surgindo no decorrer do caminho.

O inesperado encontro de um livro inglês por Marlow também ecoa no romance de Ruy Duarte de Carvalho. Porém, ao contrário do que ocorre n’*O Coração das trevas*, a surpresa do narrador angolano não é desencadeada pelo fato de se tratar de um livro escrito em inglês, mas pelo fato de ser uma obra cujas

ações dizem respeito a um evento importante da história africana. O livro, editado na Inglaterra em 1901, e encontrado com os papéis de Perkins, divulgava

[...] o relato da permanência e das viagens nas costas e no interior dos então reinos de Angola e de Benguela do século XVII, de um inglês feito prisioneiro pela Grande Armada espanhola ao largo do Brasil. É aí que pela primeira vez, e para a história, são referidas as hordas “jaga” associadas posteriormente à invasão e destruição do reino do Congo no tempo de um soberano a que os portugueses chamaram Álvaro I, e à restante expansão imbangala e fundação dos reinos ovimbundo ainda hoje invocados como matéria para legitimações sessionistas. (CARVALHO. 2007, p. 122-3)

Como explica Beatriz Nascimento, por volta de 1560, os jaga começam a invadir o Congo e, ao ingressarem “na região central africana, [...] introduzem uma instituição verdadeiramente revolucionária na história das grandes migrações humanas: trata-se exatamente do *kilombo*” (2008, p. 75), termo que por si só já remete à resistência do negro ao domínio europeu. Prova dessa resistência foi o fato de jaga terem conseguido até 1569 expulsar da capital o rei do Congo e os portugueses, exilando-os em uma ilha (NASCIMENTO, 2008).

Assim, ainda que o livro encontrado seja indiscutivelmente um livro inglês, inserido em uma narrativa que busca captar o não dito dos discursos ocidentais, ele surge como prova de que a resistência ao discurso do dominador esteve presente desde o início da colonização. Além disso, ao se posicionar como alguém que “sem nunca ter pedido desculpa a ninguém por ser branco” (CARVALHO, 2007, p. 106), é negro por dentro – em resposta à insinuação de seu primo Kaluter de que todos os negros que aprenderam a se comportar como brancos e voltaram estão ricos, enquanto ele vive na pobreza –, o narrador se revela na obra como personificação de uma resistência que continua a existir.